

A Educação Profissional Técnica de nível médio no DF: Uma experiência que resulta em novos rumos para jovens e adultos na capital federal

 Antonio Marcos dos Santos Trevisoli*
Joelma Bomfim da Cruz Campos**
Maria do Rosário Cordeiro Rocha***
Simione de Fátima Cesar da Silva****

Resumo: A discussão em torno da Educação Profissional no Brasil vem se ampliando, ao mesmo tempo em que estimula mais e melhores investimentos públicos em projetos de ampliação da oferta de Cursos Técnicos e de Formação Inicial e Continuada (FIC). Este artigo apresenta um recorte das experiências desenvolvidas no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), explanando sobre o panorama atual da Educação Profissional na rede pública local, incluindo os aspectos históricos, os caminhos percorridos, a atual situação e as perspectivas futuras. A importância dos dados apresentados se justifica pela necessidade de fomentar a discussão sobre as políticas públicas de oferta e manutenção das escolas de educação profissional e seus reais impactos na qualidade do ensino. Para tanto discute a caracterização das Unidades Escolares (UE) da rede; as formas de ofertas; as modalidades; os níveis; e, finalmente, se debruça em apresentar novas perspectivas para cumprimento da Meta 11 do Plano Distrital de Educação (PDE). Com o histórico e o mapeamento da situação em 2016, coletados por meio de documentos oficiais, da análise dos editais para ingresso de alunos na rede pública de ensino e dos dados divulgados pelo Censo Escolar, espera-se oferecer subsídios que demonstrem a atual situação da Educação Profissional, bem como os novos caminhos em andamento e a serem trilhados.

Palavras-chave: Educação Profissional. Plano Distrital de Educação. Cursos Técnicos. Formação Inicial e Continuada.

* Antonio Marcos dos Santos Trevisoli é mestre em Engenharia Mecânica pela Escola de Engenharia de São Carlos - EESC/USP (2010), licenciado em Física pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar (2005). Atua na Gerência de Integração Curricular da Diretoria de Educação Profissional (GIC/DIEP) na Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB/SEEDF) do Distrito Federal.

** Joelma Bomfim da Cruz Campos é graduada em Administração de Sistemas de Informações pela União Educacional de Brasília (1998). Atua como diretora da Educação Profissional na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

*** Maria do Rosário Cordeiro Rocha é doutora em Linguística pela Universidade de Brasília – UnB (2013), mestre em Educação pela UnB (2007), professora do Instituto Federal de Brasília -IFB e da Secretaria de Educação do Distrito Federal – SEEDF. Atua na Diretoria de Educação Profissional.

**** Simione de Fátima Cesar da Silva é mestre em Saúde Pública pela FIOCRUZ/IIPEA (2011), especialista em Saúde Pública pela UFAC/AC (2002), graduada em Enfermagem, com licenciatura e bacharelado, pela UPF/RS (1991). Professora na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) na área da saúde, e docente do curso de graduação em Enfermagem da UDF.

1. Introdução

No âmbito do Distrito Federal (DF), a Resolução nº 1/2012 – do Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF) – estabelece normas para o sistema de ensino público. No seu Capítulo V, artigo 51º, estão descritas as diretrizes para a oferta da Educação Profissional articulada ao Ensino Médio ou à Educação de Jovens de Adultos (EJA). Tais ofertas podem ocorrer por meio de:

I - Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), em todos os níveis de escolaridade;

II - Educação Profissional Técnica de Nível Médio, com organização curricular própria, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN);

III - Educação Profissional Tecnológica de Graduação e de Pós-Graduação, modalidade que não se aplica as Escolas Públicas do Distrito Federal.

Face à legislação vigente, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio é desenvolvida nas formas articulada ao Ensino Médio, o que representa a possibilidade de oferta integrada ou concomitante; ou então subsequente ao Ensino Médio. A organização da oferta dos cursos e programas dá-se em Eixos Tecnológicos, vislumbrando Itinerários Formativos.

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) possui oito Unidades Escolares (UE) em pleno funcionamento e mais uma em fase de construção, que ofertam Educação Profissional nas formas articulada ao Ensino Médio ou subsequente.

A forma integrada ao Ensino Médio ou à Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Terceiro Segmento – se estabelece simultaneamente, na mesma unidade de ensino, com matrícula e certificações únicas, sendo ofertada pelas seguintes UE: Centro Educacional 01 do Cruzeiro; Centro Educacional 02 do Cruzeiro; Centro Educacional Irmã Maria Regina Velanes Régis; Centro de Ensino Médio Integrado do Gama; Centro de Educação Profissional – Escola Técnica de Ceilândia. Neste último, por meio do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). A forma integrada, assim como a concomitante, será também ofertada no Centro de Educação Profissional Articulado do Guará, ainda em fase de construção.

A forma concomitante é ofertada aos estudantes que estejam regularmente matriculados no Ensino Médio, ou na EJA, Terceiro Segmento, com dupla matrícula e dupla certificação, podendo ser realizado na mesma UE ou em outra unidade, mediante convênios ou termos de cooperação. Por fim, a forma subsequente é oferecida aos estudantes que já concluíram o Ensino Médio – portanto, com nova matrícula e certificação.

Na SEEDF, a oferta de cursos técnicos concomitantes e subsequentes ocorrem nas seguintes UE: Centro de Educação Profissional – Escola Técnica de Brasília; Centro de Educação Profissional – Escola Técnica de Ceilândia; Centro de Educação Profissional – Escola Técnica de Saúde de Planaltina e Centro de Educação Profissional – Escola de Música de Brasília. O Centro de Educação Profissional – Escola Técnica de Ceilândia é a única UE a possuir a oferta de cursos concomitantes, subsequentes e articulados (PROEJA).

Por último, destaca-se que a SEEDF, por meio da Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB) e de sua Coordenação de Políticas Educacionais para Juventude e Adultos (COEJA), tem desenvolvido ações que fomentam a ampliação da oferta de Educação Profissional no DF, tanto de formação técnica de nível médio quanto de formação inicial e continuada, com vistas a alcançar a Meta 11 do Plano Distrital de Educação (Lei n. 5.499, 2015), que prevê a ampliação da oferta de cursos técnicos, como forma de qualificar e preparar jovens e adultos para o mundo do trabalho.

Assim, a partir das ações desenvolvidas pela SEEDF, e para melhorar ainda mais a oferta da Educação Profissional no DF, acredita-se que seja importante ampliar a discussão sobre o que se pretende para o universo da Educação Profissional, objetivo principal desse artigo, que está dividido em três partes: Primeira: A pedra fundamental da Educação profissional no DF, que mostra o histórico das primeiras ofertas de cursos de técnicos e/ou de formação inicial e continuada e o início das primeiras UE, constituindo-se como as pedras fundamentais para essa trilha que amplia a inserção dos cidadãos no mundo do trabalho. Segunda: mostra a continuidade desse trajeto, com a construção de outros caminhos, outras possibilidades para a ampliação da oferta de cursos integrados ao Ensino Médio e à EJA e os resultados dessa oferta, constituindo-se como pedras que se juntam para solidificar esse trajeto. Terceira: retrata as perspectivas para a expansão e o progresso da Educação Profissional no DF.

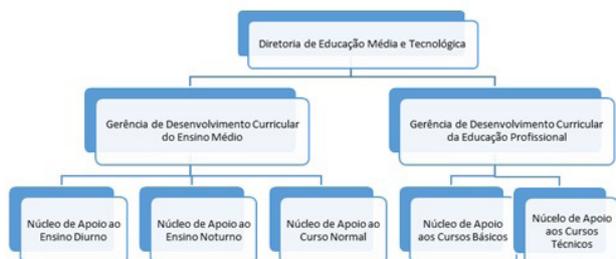
2. A pedra fundamental da Educação Profissional no DF

A história da educação profissional na estrutura de gestão do Distrito Federal (DF) começa a ser contada a partir do ano de 2000, quando a publicação do Decreto nº 21.397/2000 estabeleceu a pedra fundamental do processo.

O Decreto redefiniu a estrutura orgânica da SEEDF, estabelecendo que a Educação Profissional passaria a fazer parte da estrutura da então Educação Média, com a denominação de Diretoria de Educação Média e Tecnológica. A Diretoria recebeu a função de formular,

acompanhar e avaliar os programas de educação média e tecnológica executados pelos estabelecimentos de ensino público do DF e executar outras atividades inerentes à sua área de competência, sendo organizada conforme o organograma abaixo (Figura 1):

Figura 1 – Estrutura organizacional da Educação Profissional - Decreto nº 21.397/2000



Fonte: DIEP¹

Essa organização se manteve até 2007, quando o Decreto nº 28.276/2007, transferiu toda a estrutura da Educação Profissional para Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECT), submetendo-o à Subsecretaria de Projetos Especiais, Educação Profissional e Superior (Figura 2):

Figura 2 – Estrutura organizacional da Educação Profissional - Decreto nº 28.276/2007



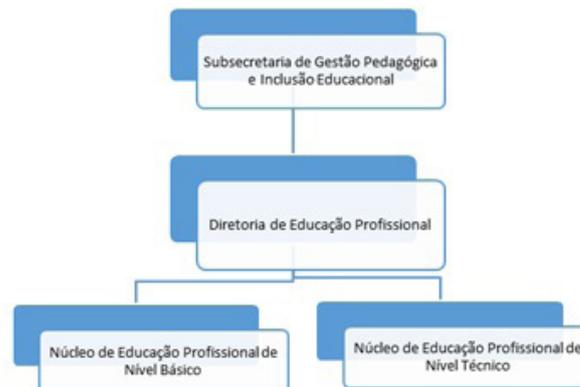
Fonte: DIEP

A estrutura da Educação Profissional retornou para a SEEDF em 2010, por meio do Decreto nº 31.877/2010, que definiu a estruturação a seguir (Figura 3).

Em 2013, foi criada a Coordenação de Educação Profissional definindo também as chefias de três Núcleos, que, posteriormente, foram ampliados para Gerências.

No ano de 2015, foi definida a integração da Secretaria de Estado de Educação e da Secretaria de Esportes, que passaram a ter uma estrutura única com a seguinte denominação: Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer do Distrito Federal. Neste formato,

Figura 3 – Estrutura organizacional da Educação Profissional - Decreto nº 31.877/2010



Fonte: DIEP

a Diretoria de Educação Profissional da Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer foi estruturada por uma Gerência, um Assessor Técnico, um Assessor Administrativo e dois Núcleos.

Finalmente, em março de 2016, já com o desmembramento da Secretaria de Estado de Educação e a Secretaria de Esportes, a Diretoria de Educação Profissional (DIEP) apresenta a estrutura constante na Figura 4.

Esta Diretoria também atende aos programas desenvolvidos em parceria com o Governo Federal, representados pelo Brasil Profissionalizado, pela Rede e-Tec Brasil, pelo Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), pelo Programa Indutor de Formação Profissional em Serviço dos Funcionários da Educação Básica Pública (Profucionário) e pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

As ações da Educação Profissional no Distrito Federal são desenvolvidas, em sua maioria, pelos Centros de Educação Profissional (CEP).

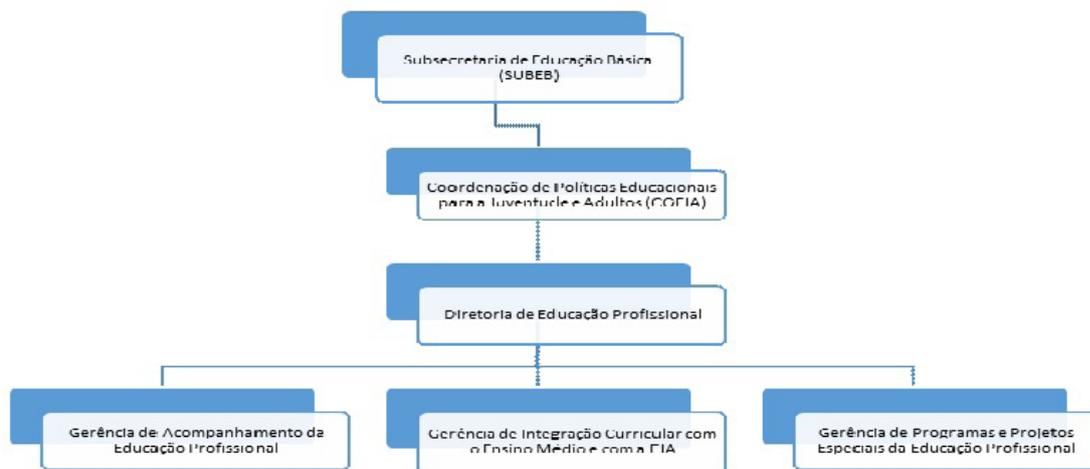
3. Breve histórico dos CEP

A SEEDF contava com cinco CEP em sua estrutura, porém com a reincorporação do Centro de Educação Profissional – Colégio Agrícola de Brasília (CEP - CAB) pela União em 2007, o DF conta atualmente com quatro CEP estruturados, ofertando cursos técnicos de nível médio e FIC.

3.1 Centro de Educação Profissional - Escola Técnica de Brasília (CEP-ETB)

O CEP-ETB iniciou suas atividades em fevereiro de 1996, por meio da Lei Distrital nº 274/1992. A lei autorizou sua criação e, em junho de 1996, a instituição de ensino foi criada. Em 1998, os cursos técnicos em

Figura 4 – Estrutura organizacional da Educação Profissional a partir do ano de 2016



Fonte: DIEP

Informática Industrial, Eletrotécnica e Eletrônica foram autorizados, sendo os primeiros cursos técnicos ofertados na UE.

Em 2007, o Centro de Educação Profissional - Escola Técnica de Brasília, por meio do Decreto nº 28.276, de 14 de setembro de 2007, publicado no DODF nº 197, de 11 de outubro de 2007, p. 21, passou a estar vinculado à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECT) e submetido à Subsecretaria de Projetos Especiais, Educação Profissional e Superior e à Diretoria de Educação Profissional.

O Decreto nº 31.877, de 07 de julho de 2010, publicado no DODF nº 130, página 21, devolveu para a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal o Centro de Educação Profissional – Escola Técnica de Brasília. Atualmente, o CEP oferta Educação Profissional na modalidade presencial e a distância para mais de 2000 estudantes.

3.2 Centro de Educação Profissional – Escola Técnica de Ceilândia (CEP - ETC)

O CEP - ETC, também conhecido como CEP – Ceilândia, situado na Região Administrativa de Ceilândia, foi inaugurado em 1982, com a denominação de Centro de Educação para o Trabalho (CET), regido pelos princípios estabelecidos na Lei nº 9.394/1996, e por todo o arcabouço legal e normativo posterior, incluindo o Regimento Escolar das Instituições de Ensino da Rede Pública do Distrito Federal.

Considerando as normativas vigentes, coube ao Centro o atendimento às necessidades da comunidade local, detectadas na época, com a finalidade de ofertar cursos de Qualificação e Suprimento, contribuindo assim para minimizar as distorções entre idade e série,

o ingresso precoce e sem preparo profissional de menores no mercado de trabalho e a ausência de atividades produtivas e socioculturais na localidade.

Com o Programa de Reforma da Educação Profissional do DF, o Centro foi escolhido para ser um dos CEPs da rede pública de ensino do DF, por ser uma unidade pública de ensino que desde o princípio ofereceu cursos de FIC, tendo conquistado respeitabilidade e distinção, tornando-se referência em educação profissional.

A partir de então, o CEP - Ceilândia, passou a oferecer também cursos técnicos de nível médio, ampliando sua área construída de 4.100 m² para 8.166 m², organizada em módulos, com arquitetura flexível e dividida em áreas para a administração geral, salas de aula, laboratórios, oficinas, biblioteca, auditório e sala multi-mídia, para melhor atender à demanda sistematizada.

3.3 Centro de Educação Profissional – Escola Técnica de Saúde de Planaltina (CEP – ETSP)

A proposta de criação do CEP-ETSP – também conhecido como CEP - Saúde de Planaltina – surgiu no primeiro Congresso de Educação do DF, realizado em outubro de 1996, onde várias propostas apontavam no sentido de consolidar a parceria entre as áreas de saúde e educação.

Considerando a constante falta de mão de obra qualificada para suprir as necessidades do mercado de trabalho no setor de saúde, a própria comunidade da Região Administrativa de Planaltina decidiu pela sua construção, e os delegados do então Orçamento Participativo do GDF a definiram como prioridade para a Gestão. O projeto arquitetônico apresentado se mostrou inovador, colocando a escola na vanguarda, desde a infraestrutura até o seu projeto pedagógico.

Inaugurado em julho de 1998, inicialmente atendeu ao Ensino Médio, e no final do ano de 1998 realizou o primeiro exame de seleção para ingresso no curso Técnico em Enfermagem, implantado em janeiro de 1999. Desde então, o CEP – Saúde se estabeleceu como centro de formação de profissionais técnicos para as categorias de Enfermagem, Nutrição e Dietética, Odontologia e Análises Clínicas.

3.4 Centro de Educação Profissional – Escola de Música de Brasília (CEP – EMB)

A Escola de Música de Brasília surge de dois movimentos de grupos musicais interessados em difundir a educação musical no DF. O primeiro movimento teve início por volta de 1961 na Região Administrativa de Taguatinga, por ocasião do ingresso de Levino de Alcântara na FEDF, que proporcionava atividades de canto coral junto com um pequeno núcleo de instrumentos de orquestra no Centro de Ensino Médio Ave Branca (CEMAB) (MATTOS; PINHEIRO, 2007, p. 1).

O segundo movimento partiu da iniciativa de Rinaldo Carvalho, que fundou em 1962 no Plano Piloto o Centro de Estudos Musicais Villa-Lobos (CEMVL). Este Centro funcionava inicialmente no Centro de Ensino Fundamental Caseb, onde o ensino de música era também oferecido a alunos da rede pública. Posteriormente, em 1963, as antigas atividades do CEMVL passaram a funcionar no Centro de Ensino Médio Elefante Branco (CEMEB), também pertencente à FEDF (MATTOS; PINHEIRO, 2007, p. 1).

Em 1964 a EMB foi oficializada e teve como primeiro diretor o maestro Levino de Alcântara, cuja gestão terminou apenas em 1985. Entre 1972 e 1973, a Escola conseguiu o terreno para a construção de sua sede definitiva, no Plano Piloto, com inauguração em março de 1974. Em 1985, com a mudança na direção da escola e com as mudanças dos critérios não foi mais possível a contratação de professores sem licenciatura em Educação Artística, além de serem suspensos os contratos de caráter temporário. Para renovar os quadros da escola, foram admitidos professores de música que estavam lotados em outras escolas da rede. Entre 1985 e 1987, implementou-se uma reforma pedagógico-administrativa com mudanças em denominações, prioridades, organização e formalizações de atividades de ensino e de produção musical.

Atualmente o CEP – EMB oferece em torno de 30 cursos de formação técnica em diversos instrumentos musicais e canto, além de cursos FIC nas áreas de iluminação, áudio, gravação entre outros. Outra característica específica do CEP – EMB é o Projeto Pedagógico Permanente que oferta cursos de musicalização para crianças a partir do terceiro ano do ensino fundamental da rede de ensino do DF.

3.5 Centro de Educação Profissional – Colégio Agrícola de Brasília (CEP - CAB)

A Escola, localizada na zona rural da Região Administrativa de Planaltina, foi criada em fevereiro de 1959, porém sua inauguração, pelo então presidente Juscelino Kubitschek, somente ocorreu abril de 1962, com o nome de Escola Agrotécnica de Brasília (EAF) sendo vinculada ao Ministério da Agricultura.

Em 1961, por força de lei, passou a se chamar Colégio Agrícola de Brasília, sendo que no ano de 1967 passou a pertencer ao Ministério da Educação e Cultura, atual Ministério da Educação (MEC). O Colégio Agrícola de Brasília foi transferido para o Governo do DF em 1978, incorporando-se à FEDF, atual SEEDF, com todos os seus bens, instalações e equipamentos.

Em 2000, o Colégio Agrícola de Brasília passou à denominação de CEP - Colégio Agrícola de Brasília, objetivando a qualificação profissional em Cursos Básicos e Técnicos de Agropecuária e Agroindústria. Em dezembro de 2007, foi assinado o termo que transferiu o Colégio Agrícola de Planaltina novamente para a União, na estrutura da Educação Profissional e Tecnológica do MEC.

3.6 Cursos Técnicos de nível médio ofertados pelos CEP

Atualmente os quatro CEP juntos ofertam Cursos Técnicos de nível médio (Quadro 1) nas modalidades presencial e a distância (EaD) em diversos eixos tecnológicos. No Quadro 1, os cursos do CEP-BEM foram agrupados em cursos afins. Ao todo, os CEP's somam, de acordo com o Censo Escolar 2016², 5.364 matrículas.

4. As outras pedras que se juntaram no caminho da Educação Profissional no DF

A partir de 2006, outras pedras foram acrescentadas na construção das ofertas, com novas UEs do DF passando a constituir o cenário da Educação Profissional Técnica de nível médio ao ofertar a forma integrada ao Ensino Médio e à EJA. Em 2016, a SEEDF chegou à marca de quatro UE com cursos técnicos integrados, sendo duas ao Ensino Médio (CEMI do Gama e CED 01 do Cruzeiro) e duas à EJA (CED Irmã Maria Regina Velanes Régis e CED 2 do Cruzeiro).

Os cursos técnicos integrados visam correlacionar os conhecimentos da formação geral, conforme a Base Nacional Comum (BNC), aos conhecimentos técnicos, propiciando ao estudante a ressignificação destes por meio de uma vivência contextualizada e de situações potencialmente factíveis. Para tanto, cada UE promoveu uma reorganização para ser ofertante tanto dos

Unidade Escolar	Cursos Técnicos de nível médio ofertados	Modalidade
CEP - ETC	Técnico em Administração	Presencial
	Técnico em Informática	Presencial/EaD
	Técnico em Logística	Presencial/EaD
CEP - ETB	Técnico em Eletrônica	Presencial
	Técnico em Eletrotécnica	Presencial
	Técnico em Informática	Presencial/EaD
	Técnico em Telecomunicações	Presencial/EaD
CEP - ETSP	Técnico em Enfermagem	Presencial
	Técnico em Nutrição e Dietética	Presencial
	Técnico em Saúde Bucal	Presencial
	Técnico em Análises Clínicas	Presencial
	Técnico em Segurança no Trabalho	Presencial
CEP – EMB	Técnico em Instrumentos Musicais (diversos)	Presencial
	Técnico em Arranjo (diversos)	Presencial
	Técnico em Áudio/Gravação	Presencial
	Técnico em Canto (diversos)	Presencial
	Técnico em Musicografia Braille	Presencial
	Técnico em Musicografia Digital	Presencial

Fonte: DIEP

componentes curriculares da BNC, quanto dos componentes específicos do curso técnico de nível médio. Desse modo, o curso integrado é planejado para conduzir o estudante à certificação do Ensino Médio simultaneamente à habilitação profissional técnica de nível médio, por uma mesma UE, contando com certificação e matrícula únicas. Ainda no tocante à forma integrada, a UE pode ofertar, além dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio (EMI) e à Educação de Jovens e Adultos (EJA-I), cursos integrados por meio do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de EJA (PROEJA); Cursos FIC integrados ao Ensino Médio; Cursos FIC integrados à EJA 2º e 3º segmentos.

A oferta do curso integrado na rede foi pensada e planejada levando-se em consideração as dificuldades enfrentadas pelas UEs, tais como a necessidade de formação apropriada para o desenvolvimento qualificado do trabalho e para o prosseguimento dos estudos, a evasão escolar e a necessidade de trabalho para complementação da renda familiar.

A oferta de Educação Profissional Técnica de EMI ao Ensino Médio e à EJA foi possível por meio da publicação do Decreto nº 5.154/2004, que regulamentou o inciso 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394/1996. O referido Decreto traz em seu art. 4º, § 1º:

Art. 4º - A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno (BRASIL, 2004).

Ao possibilitar que as UEs ofertantes de Ensino Médio e EJA pudessem ampliar sua oferta de formação com um curso técnico integrado, a publicação do referido Decreto fortaleceu o processo e as ações de Educação Profissional não somente no DF como nos outros estados.

4. Breve histórico das Unidades Escolares que ofertam Curso Técnico Integrado

A SEEDF conta em sua estrutura com quatro UEs que ofertam Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio e à EJA. As UEs de EMI expedem certificação após três anos de curso e funcionam em tempo integral (matutino e vespertino), enquanto as de EJA-I funcionam no noturno e expedem certificação de nível técnico após cinco semestres e certificações intermediárias.

5.1 Centro de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional do Gama – CEMI do Gama

O CEMI do Gama, primeira UE do DF a ofertar curso técnico integrado ao Ensino Médio, iniciou suas atividades em 2006 com a oferta, em tempo integral, do Curso Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio, no Eixo Tecnológico Informação e Comunicação. Desde então, cerca de 900 estudantes receberam a certificação do Ensino Médio com habilitação técnica em Informática. A oferta de curso técnico integrado e o trabalho consistente desenvolvido pela equipe docente fazem com que a UE atenda tanto os jovens que procuram qualificação para a inserção no mundo do trabalho quanto os que buscam entrar na universidade pública.

Além do curso técnico de nível médio, o CEMI do Gama oferta o Curso de formação inicial e continuada - FIC de Assistente de Recursos Humanos, Assistente de Administração, Língua Brasileira de Sinais (Libras Básico) e Operador de Computador, pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

5.2 Centro Educacional Irmã Maria Regina Velanes Régis – CED Irmã Regina

O CED Irmã Regina foi criado em 1966 com a denominação de Escola Rural do Rodeador, localizada na zona rural da Região Administrativa de Brazlândia. Após passar por diversas alterações de denominação, em 2013 a UE recebeu a denominação atual.

Com a crescente demanda por novas formas de ofertas de ensino, o CED Irmã Regina foi pioneiro ao elaborar o primeiro Plano de Curso de Educação Profissional integrado com a EJA-I no âmbito da SEEDF. O curso escolhido foi o de Técnico em Controle Ambiental Integrado à EJA – 3º segmento, equivalente ao Ensino Médio, cujo Eixo Tecnológico é o de Ambiente e Saúde. A escolha do curso considerou a realidade local, uma vez que a maioria dos moradores de Brazlândia são produtores rurais e a cidade responde por grande parte da produção orgânica

de morangos no país. Dessa forma, o curso buscou atender a demanda específica, com a formação de pessoas aptas para atuarem de acordo com o arranjo produtivo local.

A UE oferta 38 vagas por semestre para a EJA integrada. O Curso já produziu resultados ao certificar, ao término do primeiro semestre de 2016, os primeiros estudantes como Agentes de Controle Ambiental.

5.3 Centro Educacional 01 do Cruzeiro – CED 01 do Cruzeiro

O CED 01 localizado na Região Administrativa do Cruzeiro foi inaugurado em 1964 com a denominação de Ginásio do Cruzeiro. A denominação de CED 01 do Cruzeiro foi estabelecida em 1977, por meio do Decreto nº 3.547/1977. Nas décadas de 1980 e 1990, a UE ofertou, no turno noturno, cursos profissionalizantes de Administração e Contabilidade. Em 2002, o CED 01 formou sua última turma e deixou de ofertar cursos técnicos em suas instalações. No entanto, em 2016, após pesquisa junto à comunidade, a UE passou a ofertar novamente educação profissional com o Curso Técnico em Informática para Internet integrada ao Ensino Médio, no Eixo Tecnológico Informação e Comunicação.

Atualmente, a UE possui 12 turmas, das quais quatro são de Ensino Médio integrado à Educação Profissional. Até o ano de 2018, a UE terá todas as turmas de Ensino Médio integrado, funcionando em tempo integral e organizadas por período semestral. A UE tem a expectativa e capacidade de formar 140 estudantes por ano.

5.4 Centro Educacional 02 do Cruzeiro – CED 02 do Cruzeiro

O CED 02 do Cruzeiro, também localizado na Região Administrativa do Cruzeiro, iniciou suas atividades educacionais em 1973, com oferta regular de Ensino Médio e de EJA. Em 2006, a partir do segundo semestre, a UE ampliou a forma de oferta da EJA com Curso Técnico em Serviços Públicos integrado à EJA, dentro do Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios. O curso iniciou com a oferta de 70 vagas com o intuito de formar duas turmas com 35 estudantes.

5.5 A oferta de cursos integrados na SEEDF

A lei nº 5.499/2015, responsável por aprovar o Plano Distrital de Educação (PDE), além de trazer como meta a ampliação da oferta da educação profissional técnica de nível médio, objetiva fortalecer a oferta da educação profissional integrada ao ensino médio e à EJA. A Meta 11 do PDE apresenta uma proposta robusta de triplicar as matrículas de educação profissional técnica de nível médio “[...] priorizando a educação integrada ao ensino

Quadro 2 – Adesão das Unidades Escolares para a oferta da Educação Profissional integrada desde 2006.

Unidade Escolar	Curso Técnico Ofertado	Semestre/Ano de início da oferta
CEMI do GAMA	Informática Integrado ao EM	1º/2006
CED Irmã Regina	Técnico em Controle Ambiental Integrado à EJA	2º/2015
CED 01 do Cruzeiro	Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio	1º/2016
CED 02 do Cruzeiro	Técnico em Serviços Públicos Integrado à EJA	2º/2016

Fonte: DIEP

médio”. Já na Meta 9, coloca-se como foco a constituição, na rede pública de ensino, de condições para que 75% das matrículas de educação de jovens, adultos e idosos sejam ofertadas aos trabalhadores na forma integrada à educação profissional.

Desse modo, desde a publicação do PDE em julho de 2015, a SEEDF vem envidando esforços para alcançar tais metas e os resultados podem ser observados por meio do aumento na adesão de UEs para a oferta da Educação Profissional integrada ao Ensino Médio e à EJA (Quadro 2). A SEEDF passou de uma unidade escolar com oferta integrada no início de 2015 para quatro desde o 2º semestre de 2016.

O aumento de UE ofertantes de Educação Profissional integrada, conseqüentemente, ampliou o número de vagas, conforme demonstrada no Gráfico 1, que mostra o crescimento no número de vagas ofertadas a partir de 2014.

Na ocasião do lançamento do PDE, em julho de 2015, a SEEDF ofertava 80 vagas por ano no CEMI do Gama, única UE integrada. No final de 2015, a oferta já havia alcançado 118 vagas com a inclusão do CED Irmã Regina de Brazlândia. Ao final de 2016, a oferta chegará a 296 vagas e com a adesão de mais duas UE, o CED 1 e o CED 2, ambas no Cruzeiro.

O crescente aumento na oferta de vagas e novos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio e à EJA, fruto do trabalho cooperativo dos diferentes setores da

SEEDF, possibilita crescente percentual de jovens, adultos e idosos qualificados para o trabalho no DF, sem perder de vista a possibilidade da progressão dos estudos nas mais diversas instituições de curso superior e de tecnologia.

Nesta perspectiva, a Educação Profissional integrada se torna um agente de transformação social, permitindo a inserção ou recolocação de mais pessoas e de pessoas mais qualificadas no mundo do trabalho, com conseqüente melhoria das condições de vida dos indivíduos e famílias, e melhorando também as condições de prestação de serviço dos setores produtivos, com conseqüente melhoria do desenvolvimento social e econômico.

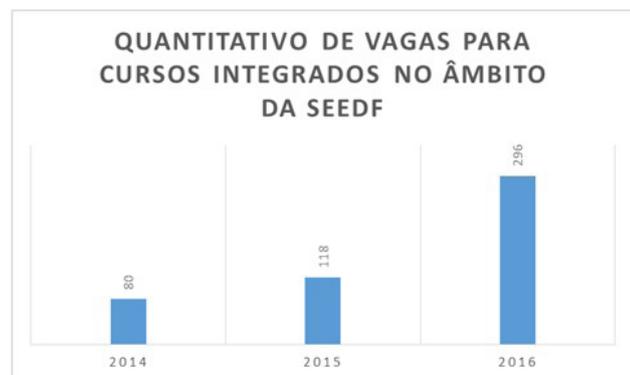
6. As pedras se juntam para formar a solidez da Educação Profissional no DF

Os capítulos anteriores mostram que a Educação Profissional no DF se desenvolveu em um cenário de avanços e recuos de legislações e de políticas públicas instauradas no país. No DF, as pedras usadas na construção das possibilidades para a Educação Profissional até o presente momento servem de base para solidificar as novas conquistas. Porém, sabe-se que ainda há um longo caminho a ser percorrido, sobretudo a distância entre o ponto em que está a Educação Profissional e o proposto na Meta 11 do Plano Distrital de Educação (PDE), que fixa o objetivo abaixo:

Triplidar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta em pelo menos 75% da expansão na rede pública, priorizando a educação integrada ao ensino médio (DISTRITO FEDERAL, 2015).

Essa distância pode ser entendida como muito longa ou medianamente distante, dependendo do ângulo em que se foca o olhar e da imagem objetivo que se define. Tomando-se como base o que significa multiplicar por três as matrículas dos cursos técnicos ofertados na época da aprovação do PDE, passando de 5.842³ para 17.526 matrículas, pode-se afirmar que o caminho é árduo, mas não inalcançável.

Gráfico 1 – Quantitativo de vagas ofertadas por ano nos cursos técnicos integrados ao Ensino médio à EJA desde 2014



Fonte: DIEP

Quadro 3. Quantitativo de oferta para novas matrículas em educação profissional no ano de 2016, por unidade de ensino, forma de oferta e semestre letivo

Unidade de Ensino	Forma de oferta	Semestre		Total por forma de oferta	TOTAL GERAL
		Iº	IIº		
CEP - ETC	Presencial	600	600	1.200	
	Presencial = Pronatec	-	-	-	
	EaD = Rede E-Tec Brasil	320	320	640*	
Total de oferta por Unidade de Ensino		920	920	1.840	
Total Geral de oferta por Unidade de Ensino					1.840
CEP - ETB	Presencial	980	980	1.960	
	Presencial = Pronatec	-	-	-	
	EaD = Rede E-Tec Brasil	350	300	650*	
Total de oferta por Unidade de Ensino		1.330	1.280	2.610	
Total Geral de oferta por Unidade de Ensino					2.610
CEP-ETSP	Presencial	525	0	525	
	Presencial = Pronatec	320	160	480	
	EaD = Rede E-Tec Brasil	-	-	-	
Total de oferta por Unidade de Ensino		525	0	1.025	
Total Geral de oferta por Unidade de Ensino					1.005
CEP - EMB	Presencial	865	865	1.730	
	Presencial = Pronatec	-	-	-	
	EaD = Rede E-Tec Brasil	-	-	-	
Total de oferta por Unidade de Ensino		865	865	1.730	
Total Geral de oferta por Unidade de Ensino					1.730
CEMFI-Gama	Presencial	80	0	80	
	Presencial = Pronatec	-	-	-	
	EaD = Rede E-Tec Brasil	-	-	-	
Total de oferta por Unidade de Ensino		80	0	80	
Total Geral de oferta por Unidade de Ensino					80
CED Irmã Regina	Presencial	38	38	76	
	Presencial = Pronatec	-	-	-	
	EaD = Rede E-Tec Brasil	-	-	-	
Total de oferta por Unidade de Ensino		38	38	76	
Total Geral de oferta por Unidade de Ensino					76
CED 1 Cruzeiro	Presencial	140	0	140	
	Presencial = Pronatec	-	-	-	
	EaD = Rede E-Tec Brasil	-	-	-	
Total de oferta por Unidade de Ensino		140	0	140	
Total Geral de oferta por Unidade de Ensino					140
CED 2 Cruzeiro	Presencial	0	70	70	
	Presencial = Pronatec	-	-	-	
	EaD = Rede E-Tec Brasil	-	-	-	
Total de oferta por Unidade de Ensino		0	70	70	

*Dados de vagas ofertadas, porém não consolidadas.
Fonte: DIEP/2016

A Meta 11 contempla três princípios fundamentais: 1) o primeiro é quantitativo: triplicar a oferta; 2) o segundo é qualitativo: assegurar a qualidade da oferta e de forma majoritária na rede pública; e, 3) o terceiro, é a forma: priorizando a educação integrada ao ensino médio. Se o primeiro princípio se apresenta à média distância, os dois últimos são mais complexos e, portanto, com horizonte mais alargado.

É na perspectiva de diminuir essas “distâncias” que a SEEDF vem depositando seus maiores esforços, em especial com a construção do Centro de Educação Profissional Articulado do Guará (CEPAG), resultado do convênio firmado com o MEC, por meio do Programa Brasil Profissionalizado. Além da construção já em andamento, o convênio prevê a construção de mais três UE para a oferta de Educação Profissional. A efetivação desse projeto será uma alavanca fundamental para o alcance da Meta 11 e representa uma resposta à sua primeira estratégia:

Ampliar o número de unidades que ofertam educação profissional e tecnológica – EPT, por meio da construção de novas escolas técnicas nas regiões administrativas, conforme prioridades identificadas por meio de diagnóstico intersetorial, a ser realizado no primeiro ano de vigência deste Plano (DISTRITO FEDERAL, 2015).

A oportunidade de construir novas escolas, com a oferta de novos perfis profissionais e com planos de cursos construídos por equipes técnicas, traduz para a gestão da SEEDF, o momento de implantar as mudanças que diminuam as distâncias impostas pelo modelo atual.

A oferta de vagas para a Educação Profissional no âmbito do DF, quando considerados os cursos técnicos de nível médio na modalidade presencial e a distância, os cursos FIC ofertados por meio da SEEDF e por meio do Pronatec, gira em torno de oito mil, no ano de 2016. Os dados mostram que, das ofertas de vagas da Educação Profissional, 71,8% são de cursos técnicos de nível médio na modalidade presencial ofertados pelos Centros de Educação Profissional (CEP); 4,8% são de cursos técnicos integrados na modalidade presencial; 17,0% são de cursos técnicos na modalidade de Educação a Distância (EaD), articulados e subsequentes; e 6,4% são de FIC ofertados por meio do Pronatec em unidades remotas. É importante destacar que, em relação aos cursos de Educação a Distância, as vagas são ofertadas pelo Programa Federal Rede eTec Brasil⁴, mas as matrículas não foram realizadas, uma vez que o repasse financeiro não ocorreu em 2016. A SEEDF aguarda novos encaminhamentos para dar continuidade ao Programa. Outros programas de fortalecimento da Educação Profissional continuam acontecendo no âmbito do DF, incluindo o Profucionário, programa que visa à

formação técnica de servidores atuantes na educação. O Quadro 3 apresenta o mapeamento das matrículas na Educação Profissional ofertadas no âmbito da rede pública do Distrito Federal.

7. O futuro da Educação Profissional no DF

Para os próximos dois anos (2017 e 2018), a SEEDF pretende ampliar as vagas e matrículas em cursos técnicos, tanto na forma articulada, na EJA-I e no EMI, quanto na forma subsequente. Desse modo, a Educação Profissional estará contribuindo para o alcance das Metas 11, 9 e 6 do PDE, ampliando as matrículas em cursos técnicos e na EJA, as matrículas em EJA-I e EMI e, com o EMI, poderá ampliar o número de UEs que ofertam educação básica em tempo integral. Para isso, é necessária a aprovação dos Planos de Cursos que se encontram em processo de análise por alguns setores da SEEDF.

Segue abaixo três breves relatos das ações já em curso para ampliação da oferta de Educação Profissional.

7.1. Centro de Educação Profissional Articulado do Guará - CEPAG

É importante ressaltar que o Centro de Educação Profissional Articulado do Guará traz em sua caracterização a possibilidade de ressignificar tanto a Educação Profissional como o Ensino Médio, se configurando em renovada pedra na construção de processos estruturantes. Essa expectativa é fruto da inquietação dos gestores e dos profissionais da educação com o atual modelo de ensino praticado no currículo da Educação Básica.

Nessa perspectiva, está previsto para essa UE a oferta de três perfis profissionais: Técnico em Computação Gráfica, Técnico em Enfermagem e Técnico em Finanças Integrado à EJA.

A escolha dos cursos foi efetivada de forma participativa, a partir das discussões feitas pelo grupo de trabalho, formado pela equipe técnica da SEEDF, pelos servidores da Coordenação Regional de Ensino de Guará (CRE-Guará), pelos servidores da Administração Regional e por representantes da sociedade civil organizada. A definição compartilhada permitiu responder às demandas e necessidades da comunidade escolar e local, além de se constituir como mais uma das estratégias estabelecidas para a Meta 11 do PDE:

Promover e coordenar, intersetorialmente, audiências públicas e outras formas de consultas públicas, visando esclarecer os pressupostos da EPT e a definição dos cursos a serem ofertados nas novas escolas e nos novos espaços educativos da educação profissional e tecnológica de nível médio – EPTNM, até o segundo ano de vigência do Plano (DISTRITO FEDERAL, 2015).

Dos três cursos pretendidos que ainda carecem de aprovação, merece destaque o Curso de Técnico em Finanças, que será ofertado com currículo integrado com a EJA, no mesmo espaço e com matrícula única. Isso, a exemplo do que já ocorre com o curso Técnico em Controle Ambiental integrado à EJA, implantado no CED Irmã Regina, em Brazlândia, e com o curso Técnico em Serviços Públicos, do CED 02 do Cruzeiro, amplia o acesso à escolarização para jovens e adultos e possibilita a aquisição de certificação de um curso técnico.

Os outros dois cursos técnicos serão articulados com o Ensino Médio de quatro UEs da Região Administrativa do Guará. A maior vantagem dessa forma de oferta é a ressignificação do Ensino Médio para os estudantes, que atualmente não permanecem na escola por falta de entusiasmo com os estudos, entre outros motivos.

A motivação para a alta taxa de evasão no Ensino Médio é objeto de debate entre os especialistas da área da educação, sendo consenso que a forma da oferta, na atualidade, não cumpre integralmente as duas primeiras finalidades propostas na Lei de Diretrizes e Bases (LDB):

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores (BRASIL, 1996),

Uma das maneiras de efetivar essas finalidades é através da oferta de cursos técnicos articulados, promovendo “a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando” (BRASIL, 1996), enquanto nas Unidades Escolares de Ensino Médio, os mesmos estudantes estarão “consolidando e aprofundando os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental” (BRASIL, 1996).

O Quadro 4, apresentado abaixo, mostra uma projeção de matrículas para o CEPAG até o ano de 2019.

Quadro 4 – Matrículas no CEPAG considerando os três turnos.

Matrículas	2.017		2.018		2.019	
	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem
	315	630	945	1.160	1.575	1.850

Fonte: DIEP

7.2. Educação à Distância (EaD)

Outra pedra fundamental na consolidação do caminho da Educação Profissional, em busca do

cumprimento da Meta 11 do PDE é a modalidade de Educação a Distância (EaD). Esta modalidade se constitui como uma ponte firme entre os números de oferta atualmente existentes (em cursos técnicos concomitantes, integrados e subsequentes) e o número que se pretende alcançar.

A EaD é uma modalidade de ensinar e aprender, que amplia as possibilidades de acesso à educação e ao conhecimento. Com um sistema formado por uma equipe de atores, com fundamentação teórica e uso de tecnologias, professores, estudantes e material didático interagem numa infraestrutura acadêmica e administrativa.

Sua importância está descrita no artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que prevê a EaD como uma estratégia de extensão democrática da promoção à educação de qualidade em diversas áreas, com a possibilidade de dar acesso àqueles que, por indisponibilidade de tempo ou dificuldade de mobilidade urbana, ou mesmo por perfil, não frequentam cursos presenciais. Nesse sentido, essa modalidade de educação está sendo cada vez mais utilizada na Educação Básica, na EJA, na Educação Superior e, sobretudo, na Educação Profissional.

Atualmente, a modalidade EaD é ofertada no CEP de Ceilândia, com os cursos de Técnico de Administração e de Técnico de Informática ambos integrados à EJA e CEP- ETB, com os cursos de Técnicos em Telecomunicações e de Técnico em Informática, concomitantes e/ou subsequentes.

Para fomentar o aumento da oferta de EaD, a gestão da SEEDF está incentivando todos os CEP e o CEMI a apresentarem novos planos de cursos. Nesse sentido, encontra-se em fase de análise o Plano de Curso Técnico em Programação de Jogos Digitais, a ser ofertado no CEMI Gama, contemplando todas as Regiões Administrativas do DF, com o objetivo de atender estudantes interessados nos conhecimentos das novas tecnologias.

O CEP Saúde de Planaltina também encarou o desafio de ampliar a oferta de seus cursos e encaminhou para análise os Planos de Cursos do Curso Técnicos de Secretaria Escolar e do Curso de Registros e Informações em Saúde. Ambos se encontram em análise técnica pela SEEDF.

As iniciativas das UE são fundamentais na construção do caminho, que se deseja que seja sólido e promissor, em relação à modalidade de EaD. No entanto, o grande salto da Educação Profissional será dado com a criação de uma UE com oferta exclusiva para EaD no DF.

A perspectiva é promover o desmembramento do atual Centro de Estudos Supletivos Asa Sul (CESAS) em duas Unidades Escolares, sendo que em uma das unidades será ofertado exclusivamente educação na modalidade EaD.

O CESAS oferta o Segundo e o Terceiros Segmentos da EJA, por meio da internet, no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA). Com o desmembramento e a definição de uma Unidade Escolar exclusiva para EaD, a EJA continuará sendo ofertada nos dois segmentos, e a comunidade do DF contará com a possibilidade de ter ampliada significativamente a oferta de Educação Profissional.

Paralelo a isso, encontra-se em estudo a implantação de quatro cursos técnicos para oferta em EaD: Técnico em Alimentação Escolar; Técnico em Logística; Técnico em Secretaria Escolar; e Técnico em Educação Infantil.

A implantação dessa nova unidade escolar constituir-se-á como um marco fundamental na oferta de Educação Profissional Técnica de nível médio no DF.

Destaca-se que outros cursos poderão ser ofertados nesta mesma Unidade Escolar, a depender da proposição de novos planos de cursos, previamente elaborados pela comunidade escolar.

7.3. Ensino Médio integrado – EMI

Encontra-se em fase de avaliação pelos setores competentes da SEEDF, os Planos de Cursos de Técnico em Informática para Internet (CED Stella dos Cherubins Guimarães Três de Planaltina), Técnico em Computação Gráfica (CED 07 de Taguatinga) e Técnico em Teatro (CEM 03 de Taguatinga), todos integrados ao Ensino Médio. Em todas essas UEs os cursos terão duração de três anos, funcionando em tempo integral.

8. Considerações finais

Apesar dos esforços, o entendimento de que o

alcance da Meta 11 do PDE ainda carece de muitas e melhores ações e políticas públicas, servindo de estímulo para que as equipes gestoras e técnicas da SEEDF sigam na busca e na construção de novas pedras.

Mesmo com a adesão de novas UEs para a oferta de cursos técnicos integrados e a criação do curso de Logística pelo CEP-ETC, é fato que, desde a publicação do PDE, o número de matrículas na Educação Profissional Técnica de nível médio ainda não mostrou resultados satisfatórios. No entanto, a Diretoria de Educação Profissional (DIEP), em conjunto com todas as áreas afins da SEEDF, vem trabalhando para possibilitar a ampliação da oferta da Educação Profissional por meio de cursos técnicos de nível médio, presencial e EaD, e de cursos FIC, sem deixar diminuir a qualidade e gratuidade da educação pública.

Esse constante e permanente trabalho foi fundamental para a construção da atual realidade, já consolidada nos CEP, CEMI e CED, e para a perspectiva de um futuro que se encaminha para a consolidação da oferta de novos cursos em uma nova UE, em três UE que aderiram à integração, além dos cursos EaD. No 2º semestre de 2016, a realidade no DF é de 5.364 matrículas, gerando uma expectativa para o próximo triênio, no qual se pretende atingir o número de, no mínimo, 8.000 matrículas.

Portanto, a Educação Profissional Técnica de nível médio demonstra ser e estar sendo construída a partir de pedras fortes e de qualidade, permitindo afirmar que se encaminha para uma realidade irreversível e consolidada na Educação Básica do DF. Resta seguir no caminho atual, buscando sempre e cada vez mais mecanismos de avaliação, monitoramento e estímulos, com vistas a uma real aproximação do cumprimento da Meta 11 do PDE. ■

Notas

- ¹ Conceito usado para enfatizar a estreita conexão lógica entre algumas formas de explicação do social e a ¹ DIEP é a sigla para a Diretoria de Educação Profissional.
- ² Censo Escolar 2016 publicado no DODF nº 160 de 24/08/2016.
- ³ Censo Escolar 2016 publicado no DODF nº 160 de 24/08/2016.
- ⁴ Rede e-Tec Brasil: Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil – eTec Brasil, instituído Decreto nº 6.301, de 12 de dezembro de 2007 e revogado Decreto Nº 7.589 de 26 de outubro de 20011, que instituiu a Rede e-Tec Brasil.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2.004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 5.499, de 14 de julho de 2015**. Aprova o Plano Distrital de Educação – PDE e dá outras providências.

_____. **Decreto nº 21.397, de 31 de julho de 2000**. Dispõe sobre a estrutura orgânica da Secretaria de Estado de Educação. publicado no DODF de 01/08/2000, republicado no DODF de 14/09/2000.

_____. **Decreto nº 28.276, de 14 de setembro de 2007**. Dispõe sobre transferência de entidades escolares para a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, e dá outras providências. DODF de 17/09/2007. Republicação – DODF de 11/10/2007

_____. **Decreto nº 31.877, de 07 de julho de 2010**. Dispõe sobre a transferência dos Centros de Educação Profissional para a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal; cria e extingue Cargos em Comissão e Funções Gratificadas sem aumento de despesa; e dá outras providências. DODF de 08/07/2010 - Republicação - DODF de 20/07/2010

_____. **Lei nº 274, de 16 de junho de 1992** - Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica de Brasília e dá outras providências.

_____. **Parecer no 60/2001-CEDF** - Aprova as alterações introduzidas no Regimento Escolar das Escolas da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

_____. **Resolução CEDF nº 01/2012, de 11 de setembro de 2012**. Estabelece normas para o Sistema de Ensino do Distrito Federal, em observância às disposições da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

MATTOS, Ataíde de; PINHEIRO, Regina Galante. Escola de Música de Brasília – Um lugar de sonho musical. *In*: Oliveira, Alda; Regina Cajazeira. (Org.). **Educação Musical no Brasil**. BH: P&A, 2007, v., p.214-220.